

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marco Aurélio do Prado Ginêz

Realinhamento eleitoral catalão frente ao secessionismo: uma análise política a partir das
eleições regionais de 2015

Florianópolis

2022

Marco Aurélio do Prado Ginêz

Realinhamento eleitoral catalão frente ao secessionismo: uma análise política a partir das eleições regionais de 2015

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ginêz, Marco Aurélio do Prado
Realinhamento eleitoral catalão frente ao secessionismo
: uma análise política a partir das eleições regionais de
2015 / Marco Aurélio do Prado Ginêz ; orientador, Márcio
Roberto Voigt, 2022.
54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Catalunha. 3.
Secessionismo. 4. Realinhamento eleitoral. 5. Partidos
políticos. I. Voigt, Márcio Roberto. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Marco Aurélio do Prado Ginêz

Realinhamento eleitoral catalão frente ao secessionismo: uma análise política a partir das eleições regionais de 2015

Florianópolis, 13 de dezembro de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Daniel Ricardo Castelan, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Luciano Daudt da Rocha, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente

Marcio Roberto Voigt

Data: 21/12/2022 10:41:30-0300

CPF: ***.645.999-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado a Leonilda Terezinha do Prado, Silvana
Ginêz e Jayme Ginêz Júnior.

AGRADECIMENTOS

Com imensa gratidão e embalado por emoção ao me lembrar dos cinco últimos anos da minha vida – que muito se transformou quando ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina, instituição que me moldou como profissional e a qual para sempre me lembrarei com saudosismo por cada semestre que me acolheu e ensinou – escrevo esta página como forma de lembrar e gratificar todos aqueles que me acompanharam na jornada destes anos, compartilharam muitos momentos de suas vidas comigo e, claro, não mediram esforços em me ajudar a alcançar o objetivo que sonhei no início desse caminho: minha graduação.

Primeiramente, não poderia deixar de lembrar da minha base mais próxima, minha avó, Leonilda, minha mãe, Silvana, e meu pai, Jayme, que me formaram como o cidadão que sou hoje, prezando sempre em proverem e incentivarem por uma boa educação para mim. Foram eles que, no início de 2018 primeiro souberam da minha aprovação na UFSC, entenderam o que isso significava para meu futuro e, mesmo já pensando nas saudades, me ajudaram com toda a ideia da mudança de estado por um sonho. Mesmo que fisicamente longes, foram fundamentais em me aconselhar na nova fase da minha vida, desde as preciosas dicas de como cuidar de uma casa até como ser um adulto independente; também forneceram apoio incondicional para que me mantivesse em Florianópolis e pudesse focar em meus estudos. Sempre irei lembrar das melhores recepções que preparavam eles, também meus irmãos, tios, e primos, em todos os meus retornos de férias, que aguardavam ansiosamente para matarem as saudades e recarregarem minhas energias para o próximo semestre.

Às minhas amigas que trago de Mogi Mirim, desde o Ensino Fundamental, Anna Beatriz e Beatriz Tereza, aquelas que com quem compartilho minhas primeiras lembranças de amizade verdadeira, e desde o Ensino Médio, Ariadne, Bianca, Kelen, Larissa e Stephanie, com quem sonhei e conquistamos juntos muitos objetivos. A todas agradeço o conselho desde o começo, quando ainda pensava sobre o curso de graduação ideal para mim, a companhia nos estudos e preparações para os vestibulares e o lindo festejo pelo meu sucesso quando recebi o resultado de aprovação, encorajando-me, todas, a agarrar essa oportunidade, sem se importarem com a distância que isto significava – hoje entendo que já sabiam que esta jamais distanciaria também nossa amizade.

Finalmente, à verdadeira família de amigos, também internacionalistas, que criei em Florianópolis – à qual todos, passando igualmente pelo maior desafio de nossas vidas, nos acolhemos –, Ana Elisa, Giovanna, Lara, Renata, Rômulo e Sérgio. Obrigado por todos os

trabalhos que fizemos juntos, todas as provas que até o último minuto revisamos os conteúdos, todas as vezes em que fizemos nossas melhores refeições no famoso Restaurante Universitário, sempre que estudamos lado a lado na Biblioteca Universitária, quando construímos aquela que nos dedicamos para ser a melhor edição do UFSCMUN, às FESTUFSC que semestralmente nos tinham como presença confirmada, às viagens acadêmicas e de integração que aproveitamos cada momento desde o embarque no ônibus, a todas as *kitnets* que acolheram nossas conversas, ao suporte em todas as etapas do desenvolvimento desta Monografia, enfim, a todas as descobertas e primeiras coisas que fizemos juntos, com vocês vivi os melhores anos da minha vida!

Ao meu professor orientador, que não mediu esforços em me ajudar desde a reflexão do tema do meu trabalho até as revisões minuciosas e muito prestativas em todo o texto, também a sua simpatia e excelência como profissional, agradeço.

A todos, minha eterna gratidão!

Povos livres, lembrai-vos sempre desta máxima: pode-se adquirir a liberdade, mas nunca recuperá-la (ROUSSEAU, 1987).

RESUMO

A presente pesquisa bibliográfica vale-se de fontes de informação da Catalunha e do restante da Espanha para levantar e tratar descritivamente sob método observacional dados que resgatem evidências históricas do surgimento da identidade do povo catalão, bem como o desenvolvimento de sua liberdade à autoadministração cultural, exercício da economia e desenvolvimento de material político, com destaque à forma em que estas foram moldadas por marcos históricos e como reivindicaram em cada âmbito seus direitos frente à Espanha federada – cuja qual tem competência subestimada por regionalistas catalães. Também enfoca em como o conceito de nacionalidade histórica catalã inflamou-se durante o pré-2015, com destaque ao Dia Nacional da Catalunha de 2012, até sua transformação no movimento secessionista como se configura hoje – que guia fundamental parte deste trabalho no entendimento de como este tornou-se o novo tema de conflito central às agendas dos partidos políticos na Catalunha e como as legendas se polarizaram quanto à secessão ou federalismo para as eleições de 2015, gerando mega coalizões partidárias e dados históricos que sugerem a ocorrência de um realinhamento eleitoral na arena política da Catalunha – momento no qual o objetivo geral desta pesquisa é alcançado.

Palavras-chave: Catalunha. Secessionismo. Realinhamento eleitoral. Partidos políticos.

ABSTRACT

This bibliographical research uses information sources from Catalonia and the rest of Spain to survey and descriptively treat data under an observational method that rescue historical evidence historical evidences of the emergence of the identity of the Catalan people, as well as the development of their freedom to cultural self-administration, exercise of the economy and development of political material, with emphasis on the way in which these were shaped by historical milestones and how they claimed in each scope its rights vis-à-vis federated Spain – whose competence is underestimated by Catalan regionalists. It also focuses on how the concept of Catalan historical nationality was inflamed during the pre-2015, with emphasis on the 2012 National Day of Catalonia, until its transformation into the secessionist movement as it is configured today – which guides a fundamental part of this work in understanding how this became the new topic of central conflict on the agendas of political parties in Catalonia and how the parties were polarized regarding secession or federalism for the 2015 elections, generating mega party coalitions and historical data that suggest the occurrence of an electoral realignment in the political arena of Catalonia – moment in which the general objective of this research is achieved.

Keywords: Catalonia. Secessionism. Electoral realignment. Political parties.caca

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Coeficientes de comparecimento eleitoral catalão nas eleições gerais e autonômicas (1979-2019)	32
Figura 2 – Resultado das eleições regionais de 2015 quanto a distribuição por partido dos 135 assentos do Parlamento catalão	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de deputados no Parlamento da Catalunha por partido (1980-2021)	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAs	Comunidades autônomas
CUP	Candidatura de Unidad Popular
CSQEP	Catalunya Sí que es Pot
CEO	Centre d'Estudis d'Opinió de la Generalitat
C's	Ciudadanos
CDC	Convergència Democràtica de Catalunya
CiU	Convergencia i Unio
DC	Demòcrates de Catalunya
EU-15	Europa dos 15
ERC	Esquerra Republicana de Catalunya
ICV	Iniciativa per Catalunya Verds
ICV–EUiA	Iniciativa per Catalunya Verds–Esquerra Unida i Alternativa
IDE	Investimento Direto Externo
JxSí	Junts Pel Sí
MES	Moviment d'Esquerres
PIB	Produto Interno Bruto
PSC	Partido de los Socialistas de Cataluña
PP	Partido Popular
Podem	Podemos
UE	União Europeia
UDC	Unió Democràtica de Catalunya

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ACERCA DA CATALUNHA E DA IDENTIDADE CATALÃ.....	19
2.1	A AUTOADMINISTRAÇÃO DO POVO E CULTURA CATALÃES	19
2.2	RAIZES POLÍTICAS E AUTONÔMICAS DA CATALUNHA	20
2.3	DIVERGÊNCIAS ECONÔMICAS ENTRE CATALUNHA E ESPANHA.....	22
3	O SECESSIONISMO COMO PAUTA PARA O REALINHAMENTO ELEITORAL DOS PARTIDOS NA CATALUNHA PARA AS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2015.....	25
3.1	A POLARIZAÇÃO CATALÃ ANUNCIADA PARA 2015	25
3.2	O REALINHAMENTO ELEITORAL DOS PARTIDOS NA CATALUNHA MARCADO NAS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2015	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXO A – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 1992.	47
	ANEXO B – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 1995.	48
	ANEXO C – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 1999.	49
	ANEXO D – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2003.	50
	ANEXO E – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2006.	51
	ANEXO F – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2010.	52
	ANEXO G – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2012.	53
	ANEXO H – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2015.	54

1 INTRODUÇÃO

Como ponto fundamental para o impulso desse trabalho tem-se a situação política de uma das 17 Comunidades Autônomas (CAs) espanholas, a Catalunha, quanto aos desdobramentos recentes do ano de 2015, que provavelmente foram sentidos nesta região com mais força que na maioria das outras, e que marcaram a história de sua autossuficiência, isso porque o corpo de governantes políticos, e, mais especificamente, o episódio eleitoral daquele ano, produziram feitos para a região que afetam seu desenvolvimento em cultura, economia e organização político-partidária até os anos mais recentes – um movimento multiforme, ou, como classifica CASALS (2015, p. 291, tradução nossa): “[...] um fenômeno poliédrico [...]”. Influenciou também, necessariamente, a relação entre Catalunha e Espanha como reino federado, uma vez em que se destaca para o pleito de 2015 a rápida centralidade que o assunto da nacionalidade histórica catalã ganhou em espaços de decisão e, mais que isso, como este transformou-se em agenda política – mesmo que em momentos pudesse soar como um experimento laboratorial – sob a roupagem do independentismo (MANGAN, 2014).

O descontentamento político já apresentava fortes sinais entre a população da Catalunha no período pré-2015: uma pesquisa de 2012 do Centre d'Estudis d'Opinió de la Generalitat (CEO) indicou que os políticos, da forma em que se configuravam ou como tomavam as agendas, eram o segundo maior fator de insatisfação popular, perdendo apenas para o desemprego, o que Casals (2015) traduz como indicativos de problemas políticos e econômicos que acendiam alerta para um curto prazo. Esses indícios levam o povo catalão a recorrer a suas entidades de base regionalistas, pela segurança que tem por sua nacionalidade histórica, o que abre brecha para que esta unidade evolua – em determinado momento do pré-2015 – em pensamento secessionista onde uma hipotética Catalunha independente sair-se-ia melhor em economia, política a promoção de espaço de associação cultural. Rumiz (2001, p. 8 apud CASALS, 2015, p. 295, tradução nossa) analisa essa mudança na forma de pensar do povo catalão sob um conceito criado para um momento similar na Itália, de ‘secessão ligeira’, quando: “Ligeiramente, inadvertidamente, um novo homem cresceu no *ethnos* italiano, e a secessão está, acima de tudo, em sua cabeça: é um afastamento mental da política, do Estado, da *res publica*, até daquele supremo bem comum chamado território” – pensamento que teria amadurecido desta forma até 2012.

Como citada, a data de 2012, mais especificamente o Dia Nacional da Catalunha¹ deste ano, foi o momento em que marcadamente pela primeira vez – evoluído aceleradamente dos conceitos de nacionalidade histórica e secessão leve – o independentismo apareceu entre civis e políticos catalães como uma alternativa viável de institucionalização na região, sob articulação do próprio Parlamento regional, a Generalitat. A motivação advinha da mesma base de reivindicações tradicionais que Catalunha cobra da Espanha, com maior destaque à economia, em tentativa de manter um estado de bem-estar sólido, e um pacto pela renegociação do modelo fiscal que a União aplicava sobre a comunidade – que, por sua vez, julgava abusivo, já que recebia em retorno muito menos do coeficiente que produzia. Tal protesto de 2012 foi importante em sugerir caminhos políticos que o povo catalão gostaria para a próxima oportunidade eleitoral, de 2015: ao que parecia, grande parte da comunidade alinhava-se fielmente ao lema das manifestações, ‘Catalunha, novo Estado da Europa’, restava saber se eram maioria numérica (CASALS, 2015, FIGUERES, 2003).

Em um aprofundamento mais específico quanto à satisfação percebida do funcionamento da estrutura eleitoral pelos catalães, outra pesquisa de 2010 da mesma CEO revelou cenário de desconfiança nas legendas por motivos de corrupção: 84,6% dos respondentes tinha certeza de que os partidos disponíveis na arena catalã eram corruptos e destes, 53,8% preferia não votar em partidos envolvidos em algum caso de corrupção nas próximas eleições. Este índice acende um alerta imediato nas maiores lideranças partidárias catalães; os cinco mais expressivos partidos na região, CiU, ERC, PSC, PP e ICV, já vinham sofrendo uma erosão nos votos a cada pleito, que pode ser explicada por tal quando, para o período de 2003 a 2015, a porcentagem de votos somadas para estas cinco legendas caiu em 29,2%, enquanto, em ordem oposta de grandeza, as demais opções partidárias beneficiaram-se desta transferência recebendo votos em mesmo ritmo. Este movimento terá grande importância na tecelagem da malha de partidos única que se deu para as eleições regionais de 2015, ano em que as legendas não podiam admitir perder mais votos para concorrência visto que se teve para a ocasião um novo tema de conflito central, a secessão – para tal os partidos se coalizaram! (CASALS, 2015).

¹ O Dia Nacional da Catalunha é uma celebração que acontece anualmente em 11 de setembro, com o intuito de celebrar a garra do povo catalão que, ao mesmo dia do ano de 1714, no episódio conhecido como Cerco de Barcelona, resistiu até a morte à invasão borbônica que caminhava a mando do reino de Castela – dois anos depois, Castela unificaria as terras conquistadas sob as primeiras reformas dos sucessivos reis da Casa de Bourbon (FIGUERES, 2003).

Finalmente, é interessante ter em mente tais índices de satisfação do povo catalão que traduzem como as demandas populares construídas no pré-2015 comportar-se-ão nas urnas do pleito deste mesmo ano, na eleição regional que é matéria central de análise deste trabalho. Para a ocasião, podemos observar o nascimento de partidos e coalizões que seguirão um padrão de características estipuladas por Casals (2015), para este trabalho as mais importantes: em primeiro, vão basear seus discursos em pilares populistas que sejam, para este caso, o nacional, de afirmação de nacionalidade catalã; em segundo, pretendem distanciarem-se da velha política tradicional e criarem partidos-movimento de identificação civil – até em suas nomenclaturas buscam substituir a palavra ‘partido’ por manifestações valorativas ou imperativas, como *Junts Pel Sí*² e *Catalunya Sí que es Pot*³; em terceiro, emergirão dos âmbitos mais próximos ao cidadão comum, de conselhos regionais e parlamentos, por exemplo. A análise do nascimento de partidos a estes moldes na Catalunha para as eleições regionais de 2015 somada à ascensão das nacionalidades históricas ao secessionismo possibilitará, nas próximas seções, julgar a arena política catalã sob critérios teóricos do realinhamento eleitoral de legendas e eleitores (CASALS, 2015; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Em suma, o objetivo geral desta pesquisa bibliográfica básica, frente o introduzido, é indicar a ocorrência ou não de um realinhamento eleitoral nas eleições regionais catalãs de 2015 ao levantar dados político-sociais e trata-los de forma descritiva – caracterizando o estudo como empírico, uma vez em que almeja contribuir para a interpretação da realidade social a partir dos dados que a própria organização da sociedade produz. O caminho procedimental delineado para o estudo – aquele para o conseguimento e provação das informações acerca do impasse abordado – é o fomentado pelo método observacional: de análise dos fenômenos ocorridos na esfera do estudo, sua codificação e interpretação. A observação apoiou-se no caminho bibliográfico de pesquisa, tendo o autor se valido de documentos – de fontes catalãs e do restante da Espanha – para construção de referencial teórico, variando estes entre artigos científicos para estipulação de teorias-base para o trabalho, teses como material de apoio para acesso a estipulações fundamentais já realizadas acerca do tema, jornais para resgate de fatos históricos e *homepages* da internet para acessos de dados e estatísticas dos resultados eleitorais gerados pelas próprias instituições a que se referem, principalmente do governo da Catalunha; com os dados qualitativos e quantitativos

² Juntos Pelo Sim (tradução nossa).

³ Catalunya Sim Se Pode (tradução nossa).

em mãos, foi possível chegar às conclusões deste trabalho de forma comparativa, ao chocar-se a variação histórica de números, e dedutiva ao provarem-se ou falsearem-se pelos fatores da pesquisa o objetivo geral apresentado, também os específicos: de identificar na história catalã a divisão de nacionalidade histórica e sua relação com o sentimento secessionista, interpretar o resultado direto e indireto do pleito de 2015 – incluindo o comportamento e comparecimento do eleitor nas urnas –, ilustrar o cenário de assentos no Parlamento catalão pós 2015 e apontar a inclusão do separatismo na agenda dos partidos políticos na Catalunha (DEMO, 1995; PRODANOV; FREITAS, 2013).

2 ACERCA DA CATALUNHA E DA IDENTIDADE CATALÃ

No processo de entendimento das bases nas quais se apoiam os catalães independentistas, faz-se mister nomear os pilares históricos que têm efeito sobre os povos e sua organização sócio-política até a atualidade – como apresentar-se-á, cultura e economia foram sempre tomadas como elementares ao fomento da criação de uma identidade catalã e aparecerão ao longo da análise histórica embalando discursos que evoluem em intensidade, de identificação nacional-histórica ao secessionismo. A arena política, porém, nem sempre foi clara nesta dinâmica, mas marcos como a fundação de um primeiro partido catalão e o fim de era ditatoriais criaram espaços para a institucionalização do catalanismo em nível político. Mangan (2014) aloca então a política catalã como uma terceira perna para o tripé do movimento separatista – cultura, economia e política –, o que conecta as origens da rachadura catalã com a análise hodierna deste trabalho acerca da importância dos posicionamentos em esfera política das representações insatisfeitas com o que a atual posição federada à Espanha significa para os âmbitos deste tripé.

2.1 A AUTOADMINISTRAÇÃO DO POVO E CULTURA CATALÃES

No que tange à administração, e a consequente liberdade de um povo autogovernado de associar-se culturalmente, a concepção de um primeiro formato de unidade espanhola – com o casamento de Ferdinando de Aragão e Isabel de Castela, ao final do Século XV e começo do XVI – aconteceu de forma a conglomerar reinos culturalmente específicos no Império Espanhol em um movimento de alinhamento religioso e social – neste momento, alinharam-se também princípios administrativos, sem ainda centralizar seus executores: já que os reinos, sob uma ideia de centralidade, ainda repercutiam aspectos culturais individuais e faziam sua autoadministração. Não houve, neste momento, uma unificação das instituições individuais locais de cada reino ibérico, que por sua vez continuaram para suas regiões executoras de política, administração e direito, com a diferença de que agora deviam algum alinhamento ao monarca superior; a existência de tais instituições independentes durante o Império institucionalizou-se de tal maneira que, para a região da Catalunha, recaíram medidas do próprio monarca Ferdinando para que não se corrompessem órgãos como a Generalitat – com a implementação de sistema de loteria para nomeação dos cargos – ou até mesmo para que a Coroa não interferisse em seus funcionamentos – através da Constituição de

Observança, que definia limites ao poder real e um conjunto de ações no caso de infração – medidas essas que fortaleceram o papel das instituições catalãs como representantes e respondentes de seu povo (ELLIOTT, 2002; GIBSON, 1966; MANGAN, 2014).

Aqui podemos enxergar aquela que pode ser entendida como a mais incipiente brecha na centralização – que há de evoluir muito nas nacionalidades históricas como se configuram atualmente –, quando Ferdinando de Aragão, ao ceder às pressões constitucionais da Catalunha “[...] rejeitou implicitamente as possibilidades de promover a unidade da Espanha pela introdução da uniformidade administrativa e legal.” em vez disso, fez com que esse vão entre a região e a Coroa fosse “[...] intensificado e perpetuado.” (ELLIOTT, 2002, p. 60). Nesta lógica o passar das dinastias na Espanha, apesar de momentos de flexibilização e cerceamento das autonomias à administração de cada reino contido, observou em sua maioria estruturas que possibilitaram a associação identitária e a resistência de liberdades especiais de língua e cultura. Ainda pós unificação do Império na forma estatal de ‘As Espanhas’, com a Constituição de Cádiz de 1812, tentativas de maior padronização das partes contidas – destacadamente nos Séculos XIX e XX – falharam em seus processos, resultando na periferação de uma identidade nacional uníssona espanhola e reafirmando as brechas para o fortalecimento de instituições regionais e a associação cultural das regiões em suas individualidades em nacionalidades que historicamente resistiram e foram contidas – como, destacadamente para este trabalho, o que aconteceu na Catalunha (AGUIAR, 2004; MANGAN, 2014).

2.2 RAIZES POLÍTICAS E AUTONÔMICAS DA CATALUNHA

Quanto aos marcos de uma cultura política catalã que começa a se incomodar com sua autonomia cerceada, estes podem ser observados desde 1901, quando a burguesia ascendente da comunidade criou o primeiro partido regional com alguma expressividade, o Lliga Regionalist, que serviu como fundador de bases políticas para a Catalunha – como a antiga assembleia das quatro províncias catalãs, a Mancomunitat de Catalunya – e também abre-alas para outras agremiações políticas: a maioria já perseguia a afirmação regional e a não-centralização por meio de pautas como cultura e idioma. O advento da Segunda República no país, após a queda da monarquia em 1931, possibilitou, já no ano subseqüente, a elaboração de um Estatuto de Autonomia que reconhecia a autossuficiência da comunidade

autônoma da Catalunha. Este novo cenário possibilitou o reestabelecimento da Generalitat – autogoverno e casa política catalãs –, bem como a legitimação do idioma catalão como cooficial na região: espaço de respiro e organização autonômicas que a conjuntura política permitiu até o advento do franquismo (MANGAN, 2014).

O avanço político-separatista que se construía aos poucos desde o início do Século XX na Catalunha viu-se desmantelar durante os anos em que o ultra centralizador Francisco Franco tomou o poder do Estado espanhol, de 1936 até sua morte em 1975. Nos primeiros anos de regime o desmanche do tripé de resistência identitária regional foi mais escancarado e acelerado: as práticas culturais e o uso do idioma locais foram reprimidas, líderes catalães foram exilados e instituições e agremiações políticas desfeitas; nos anos medianos até os finais do franquismo as afirmações do tipo identitárias ou separatistas já estavam esvaziadas, resistindo apenas algumas associações sigilosas. Com o fim da ditadura a Espanha se viu politicamente vulnerável e esgotada, o que levou, em resposta, à elaboração da Constituição de 1978, que precisava prever garantias contra tentativas de repressão das nacionalidades históricas – da época dos reinos – internas à Espanha; além de afirmar isso, o Artigo II do documento solidificava a democracia espanhola pela união de suas partes:

A Constituição fundamenta-se na indissolúvel unidade da Nação espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram e a solidariedade entre todas elas (ESPANHA, 1978, p. 39).

Por este documento a Espanha dividiu-se em 17 comunidades autônomas com alguma liberdade, limitada, do Estado central; também, gentílicos como o ‘catalão’ foram reconhecidos, ainda que não como referência a cidadãos de uma nação independente propriamente dita – essas manobras foram tomadas com alguma estratégia pelo governo central, que após anos de ditadura precisava mostrar à comunidade europeia que não reprimia mais sua heterogeneidade. É com a definição deste elementar cenário político emanado do centro às regiões contidas – com influência de partidos das comunidades subnacionais, incluindo da Catalunha – que o movimento separatista catalão conseguiu brechas constitucionais e embasamento para suas reivindicações intrapartidárias mais recentes, que se clarificarão adiante neste trabalho (MANGAN, 2014).

2.3 DIVERGÊNCIAS ECONÔMICAS ENTRE CATALUNHA E ESPANHA

Simultaneamente, a região catalã desenvolvia sua maquinaria industrial de alto potencial econômico – notadamente no Século XVIII – de forma descolada do resto da Espanha que, de maneira menos desenvolvida, não pautava as necessidades catalãs, como por exemplo, uma política de protecionismo da indústria. É interessante, porém, entendermos como essa herança pioneira industrial da Catalunha se mostra em tempos mais recentes, principalmente dentro da realidade de transformação econômica espanhola com a redemocratização no período pós Franco e, marcadamente, a entrada na União Europeia em 1986. Um dos mais firmes pilares aos economistas separatistas é que a Catalunha desempenhou um papel chave neste período de modernização da nação, em 1989: quanto ao processo de globalização da Espanha, a comunidade foi a mais sobressalente na recepção de Investimento Direto Externo (IDE) às empresas – 1/3 de todo o fluxo entrante na Espanha – que trouxe consigo outros movimentos, também importantes à economia, como turismo e chegada de mão-de-obra (MANGAN, 2014).

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) catalão é um dos indicadores que alimenta, entre os separatistas, a ideia de que um hipotético país soberano seria bem aceito e útil na União Europeia – mérito que este trabalho não ataca –, isso porque a Catalunha é responsável por 20% do montante do PIB espanhol, ao passo que abriga apenas 15% da população do país; ilustrando essa diferença – que pode, à primeira vista, não parecer gritante – com indicadores de 2005, o PIB per capita em paridade de poder de compra da Catalunha isolada seria de 28.20 pontos, suficiente para ranqueá-la, em uma lista de resultados do PIB dos países da Europa dos 15⁴ (EU-15), na quinta posição, abaixo de Suécia – 28.27 pontos – e acima da Bélgica – 27.78 pontos; nesta lista, a Espanha, descartados os números provenientes da Catalunha, apareceria apenas na décima terceira posição, com 23.54 pontos, abaixo da Itália – 24.36 pontos – e acima apenas de Grécia – 22.18 pontos – e Portugal – 18.80 pontos –, respectivamente. Esses números abrem margem para afirmações catalãs de que o crescimento econômico estável de sua comunidade é refreado devido a um desenvolvimento desigual que se desenha no país e que, ademais, porção significativa da receita que produzem é injustamente distribuída pela União a outras regiões menos lucrativas – o déficit fiscal anual

⁴ Referência ao momento em que a União Europeia era formada por 15 países do continente (1995-2004), a saber: Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia (COMISSÃO EUROPEIA, [entre 2020 e 2022]).

que Madri tem com a Catalunha é de ordem de 8% do PIB desta, em aplicação, é a segunda CA que mais contribui com impostos mas apenas a apenas a décima em gastos do governo da União; reivindicação que terá centralidade no protesto do Dia Nacional da Catalunha de 2012, apresentado mais adiante (MANGAN, 2014, SPERANZA, 2017).

Esse expressivo Produto Interno Bruto da Catalunha é composto grandemente pelas exportações que faz não somente com outros países do globo mas também com a própria Espanha – em números de 2016 as exportações mundiais responderam por 38% do PIB catalão que, se somadas às vendas intra espanholas passariam de 65%: um cenário de economia bem receptiva que veem com bons olhos os catalães, ainda mais se associado ao fluxo de IDE à região, que a permeia de multinacionais. O turismo na Catalunha – especialmente para a capital Barcelona – é mais um argumento aos secessionistas para a suficiência econômica da região, já que o setor – que por consequência incentiva outros relacionados, como o de serviços – responde por pouco menos de 17% do PIB da região. Essa construção do PIB garante uma distribuição per capita – importante para entender a segurança econômica dos secessionistas – de renda que coloca a Catalunha como a quarta mais rica das 17 CAs espanholas e 8,8% acima da média de riqueza observada nos 28 países-membro da União Europeia (SPERANZA, 2017).

Em 2008 podemos marcar um importante capítulo para a guinada do movimento separatista no campo econômico, quando os mercados financeiros global e espanhol mergulhavam em crise. Uma Espanha recém aderida ao euro e internacionalmente creditada por fazer parte da UE começou a tomar empréstimos aceleradamente, acima do que sua capacidade produtiva era capaz de retornar, o que fomentou internamente diversos investimentos em mercados que acompanharam a miragem de crescimento repentino proporcionado pelos empréstimos internacionais, notadamente o mercado imobiliário. A situação gerou uma bolha especulativa pela Espanha e consequentemente na Catalunha, até seu inevitável estouro que revelou a expressiva dívida que a Espanha, inflacionada, contraiu – a especulação foi tão alta que, em comparação aos EUA, cuja crise similar afetou sabidamente mercados em todo o mundo, o preço médio de uma casa na Espanha era quase U\$ 150.000,00 mais caro que nos Estados Unidos (MANGAN, 2014). Esse episódio ficou marcado para os economistas catalães como um exemplo de negligência dos políticos espanhóis, que observaram o aquecimento do mercado imobiliário sem interferir com políticas públicas porque este modelo econômico de construção e desenvolvimento imobiliário pela os poderia

ser conveniente – segundo Carballo-Cruz (2011, p. 312-313), os políticos de Madri eram favorecidos neste modelo pela:

“[...] redução do desemprego, por se tratar de atividades intensivas em mão de obra (favorecendo os políticos), aumento do valor da moradia (favorecendo o eleitor mediano que costuma ser dono de casa própria) e geração de grandes receitas fiscais (principalmente imobiliárias) para os diversos administrações públicas (favorecendo políticos).”

Este trabalho entende, entretanto, que os argumentos para uma hipotética Catalunha soberana economicamente afluente não são completamente concretos – os números que obtém atualmente dentro das estruturas fiscais espanholas não necessariamente se replicarão como nação proclamada. A dependência que a região tem de estruturas espanholas são evidentes principalmente em momentos de pós-crise: com o colapso global do sistema financeiro em 2008, a Catalunha viu-se em situação de produtividade estagnada, já que no passado concentrou seus investimentos em atividades geradoras de riqueza e pouco na criação ou acumulação de fatores produtivos; até “[...] as principais vantagens competitivas anteriores, como baixos custos trabalhistas, foram reduzidas pela inflação, que se manteve persistentemente acima da média europeia.” (ESTAPÉ, 2009, p. 40). Por este crescimento difuso que a Catalunha vinha registrando até 2008, no pós crise – mesmo que aleguem os catalães que essa foi inflamada por Madri – teve de ser amparada pelas estruturas que detinha o resto da Espanha, já que a região não desenvolveu expressivo espaço produtivo, como também falhou em criar ambiente atrativo à administração de grandes empresas não-estrangeiras: na listagem Forbes Global 2000⁵ do ano de 2005, 29 empresas espanholas figuraram no *ranking*, dessas, porém, apenas três – Gas Natural, Banc Sabadell e Abertis – mantinham sua sede na Catalunha (ESTAPÉ, 2009).

⁵ Ranking anual promovido pela revista estadunidense de finanças economias, Forbes, que elenca as maiores empresas de capital aberto do mundo sob quatro métricas: vendas, lucros, ativos e valor de mercado (MURPHY; CONTRERAS, 2022).

3 O SECESSIONISMO COMO PAUTA PARA O REALINHAMENTO ELEITORAL DOS PARTIDOS NA CATALUNHA PARA AS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2015

Processo que vinha ascendendo em centralidade e intensidade vista pressão dos catalães sobre os eixos do tripé secessionista – motivados em muitos momentos pela conjuntura espanhola –, a nacionalidade histórica da Catalunha chega às eleições regionais de 2015 sob nome de independentismo e como critério polarizante da arena político-partidária. O adiantamento do pleito é o primeiro fator que chama atenção desta pesquisa, que busca as motivações imediatas da presidência regional para tal e, em movimento de compreender a importância da arena de competição partidária que se desenhou para a ocasião – tal qual as estratégias das forças políticas tradicionais para associação coalizada –, analisa os números históricos que podem apontar para a quebra de um ciclo temporal prolongado e o começo de uma nova conjuntura e dinâmica políticas (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

3.1 A POLARIZAÇÃO CATALÃ ANUNCIADA PARA 2015

A Generalitat, casa do governo catalão, desde seu reestabelecimento após o franquismo vem sendo espaço importante para debate de ideais revolucionário-independentistas e até teste da receptividade dessas pautas em instâncias superiores da hierarquia política. Isso porque a casa é formulada por um parlamento que com o passar dos tempos os catalães observaram oscilar a ocupação das cadeiras por partidos favoráveis e contrários à independência – como veremos a seguir, dentro do intervalo analisado, sempre com alguma maioria dos primeiros em relação aos segundos. Tal dinâmica, mediada pelos presidentes do governo local, tem inflamado nos últimos anos a associação político partidária enfocada neste tema que, ao que parece a este trabalho, tornou-se central no ano de 2015 – a ponto de convocar, por algumas vezes, plebiscitos pela independência da comunidade, revelando a confiança catalã em sua força política regional, mas também a aceleração da força oposta, de federalização, que retalia denunciando a ilegalidade nas convocatórias por secessão: secessionistas – ou independentistas ou separatistas ou catalanistas – e federalistas – ou espanholistas – aparecem ao longo desta seção como os principais, e imediatamente opostos, grupos de atores (PÉREZ-MONEO, 2016).

Foi em novembro de 2014 que os primeiros preparativos para a polarização político-partidária que se configurou nas eleições autonômicas catalãs de 2015 se deram: o à época presidente do Parlamento catalão, Artur Mas, tornou público um documento que supunha sete passos para se chegar, em curto prazo, a um Estado catalão soberano. Uma das principais figuras do independentismo, Mas é um barcelonense advindo de família ligada a longevos setores comerciais e industriais da Catalunha⁶; tradicional político de carreira do partido catalanista Convergencia i Unio (CiU), iniciou sua vida política como vereador em Barcelona, de 1987 a 1995, ano que se elegeu pela primeira vez como parlamentar da Generalitat e galgou, até 2004, cargos de alto nível como conselheiro na instituição – o mais importante como Conselheiro em Chefe e Vice-Presidente do Presidente da Generalitat, à época, Jordi Pujol. Ascensão que possibilitou a Mas, após um hiato de dois mandatos em que o Partido dos Socialistas da Catalunha dominou a presidência da região, sua eleição e nomeação como presidente catalão em 2010. De sua posse até a divulgação da dita lista à independência em 2014 não é possível identificar motivações conjunturais extraordinárias que levassem à ideia do plebiscito independentista, mas, a partir da forma com que os partidos receberam essa notícia e se organizaram ineditamente para as eleições regionais seguintes podemos marcar a excepcionalidade do pleito de 2015 (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2022; ROGER, 2014).

O documento elaborado por Mas antecipava o acontecimento das eleições para o próximo setembro, já costurando uma candidatura independentista que deveria unir-se em uma lista com representação de diversos políticos, também civis e especialistas em assuntos úteis ao estabelecimento de um governo: em caso de vitória, Mas propunha que a candidatura a entenderia como um mandato recebido pelos catalães e comunicaria instituições espanholas e europeias o desejo da região pela secessão. O Presidente planejava convocar um processo participativo para o estabelecimento das bases de uma constituição catalã, com eleições constituintes, além de utilizar-se de relatórios que guiassem na criação de estruturas requeridas para a hipotética futura nação: o cronograma contabilizava 18 meses entre a eleição do novo Parlamento e o nascimento do Estado da Catalunha. Rapidamente a gama de partidos catalanistas respondeu à convocação em uma histórica coalizão que definiu a secessão – conscientemente em seu sentido revolucionário, níveis acima do nacionalismo

⁶ Por sua mãe ligava-se à indústria têxtil de Sabadell e por seu pai à zona metalúrgica de Barcelona (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2022).

histórico já presente na política das legendas, visto que se coalizavam sob a carta segregadora de Mas – como seu pilar de confluência, sob forma de Junts Pel Sí (JxSí)⁷; retaliada, na via federalista, pela coalizão Catalunya Sí que es Pot (CSQEP)⁸ – ambas a figurarem com sua importância mais adiante, na análise dos posicionamentos e resultados das legendas nas eleições regionais. (PÉREZ-MONEO, 2016; ROGER, 2014).

A 27 de setembro de 2015, como fez-se pela vontade dos atores políticos majoritários, tomaram forma as eleições para o Parlamento da Catalunha; a antecipação à esta data é importante no sentido em que se aproveita de uma percebida onda política favorável ao separatismo: Mas, que advém de berço empreendedor-industrial catalão, conseguiu angariar para a campanha financiamento suficiente para não depender do orçamento do fundo partidário, visto que a ideia da independência parecia tentadora aos investidores de uma Catalunha com fortes números em exportação. A nível dos partidos, cientes da tensão política que recaía sobre a data do pleito, um movimento de confluência tentou replicar fórmulas que quatro meses antes, nas eleições municipais, deram bons resultados aos partidos que se associaram em novas legendas sob uma agenda de confluência: foi a manobra que criou, no polo secessionista o JxSí, que falhou em conquistar apenas um partido-alvo independentista para compor frente com uma lista única de candidatos – a Candidatura de Unidad Popular (CUP), por discordância nas etapas da fórmula para declaração soberana – e pelo lado federalista o CSQEP, que apresentou esforços consideravelmente menores que a ideologia antagonista, visto que, além de si, mais outras seis candidaturas espanholistas concorreram – Ciudadanos (C's), Partido de los Socialistas de Cataluña (PSC) e Partido Popular (PP) – mega coalizões de partidos essas duas que, como mostrarão números adiante, tiveram máxima importância no pleito mas que, ainda sim, precisaram somar resultados junto às legendas de mesma identificação nacional que concorreram paralelamente (GROBA; PEREIRA LÓPEZ, 2018; LÓPEZ, 2015; ROGER, 2014).

Durante os meses que precederam as eleições de setembro de 2015 as legendas separatistas, e o próprio presidente catalão Artur Mas, articulavam sua comunicação de forma

⁷ União dos grandes partidos independentistas Convergència Democràtica de Catalunya (CDC) (parte que integrava o Convergència i Unió) e ERC – mais outros três de menor escala, Demòcrates de Catalunya (DC), Moviment d'Esquerres (MES) e Independence Rally – em uma única candidatura para diminuir os possíveis entraves do sistema eleitoral e aumentar as chances de triunfo nas eleições regionais de 2015, inspirados nos resultados que partidos conglomerados tiveram nas votações municipais do mesmo ano (GROBA; PEREIRA LÓPEZ, 2018; LÓPEZ, 2015).

⁸ União dos partidos aliados Iniciativa per Catalunya Verds–Esquerra Unida i Alternativa (ICV–EUiA) e Podemos (Podem), influenciados assim como e até mesmo antes que a JxSí pelos resultados logrados pelas confluências de partidos nas eleições municipais de 2015 (GROBA; PEREIRA LÓPEZ, 2018; LÓPEZ, 2015).

a sugerir aos eleitores que, mais que uma votação ordinária para a formação de um novo parlamento, esse processo eleitoral estava necessariamente vinculado a um plebiscito cujo qual se entenderia que o lado que mais obtivesse assentos parlamentares era o que o povo catalão elegeu para conduzir o futuro da Catalunha: fosse como entendiam os federalistas, como parte integrante da Espanha, ou fosse como queriam os secessionistas, que pretendiam seguir o plano de Mas de declaração de independência em 18 meses. O polo federalista negava a legalidade da reivindicação e a competência do Parlamento em articular plebiscito com finalidade de dissolução da unidade espanhola; tal esforço, porém, acabava por suscitar o assunto e mantê-lo em discussão até as vésperas da eleição, permeando, inclusive, majoritariamente as campanhas políticas de ambos os lados – que validavam e descreditavam o plebiscito. Como aponta López (2015), essa circunstância de disputa por quão profundamente aquela votação tinha competência de penetrar tomou tanta atenção que atrapalhou a exposição de proposições pragmáticas de governo dos candidatos, tornando o período pré-eleição em uma batalha de ponderações onde os lados equilibravam benefícios e malefícios na balança do separatismo (LÓPEZ, 2015).

Ao final da votação o índice de participação eleitoral de 74,9% – que uma leitura leiga poderia interpretar como alta porcentagem de abstenção, ao não considerar a não-obrigatoriedade do voto na Espanha ou também o movimento de boicote que muitos federalistas aderiram como tentativa de não creditar a convocatória plebiscitária inconstitucional de Mas – revelou que o clima de competitividade político-ideológica foi percebido pelos eleitores, que compareceram de forma recorde comparativamente a todas as eleições regionais anteriores – como poderá comprovar a Figura 1 mais adiante, em momento em que esse assunto volta ao debate – e até ao índice catalão para as eleições gerais – que historicamente mobilizam mais eleitores. "O independentismo ganha as eleições, mas perde o plebiscito" (LÓPEZ, 2015, p. 23, tradução nossa), quando analisado o logro pela coalizão JxSí e a CUP, que juntos somaram mais cadeiras no Parlamento catalão que os federalistas – 72 contra 63, respectivamente – e, portanto, ganharam mais chances de aprovar ou refrear as decisões nesta esfera, mas que, em contrapartida, obtiveram menos votos que o outro polo – 1.966.508 ou 47,80% dos votos contra 1.976.453 ou 48,05% dos votos, respectivamente –, significando que não foram bem sucedidos em atrair a maioria numérica absoluta dos catalães à sua ideologia. A situação, ao cabo, seria mais favorável aos separatistas uma vez que conquistaram poder de decisão operacional no Parlamento e poderiam iniciar o plano de

secessão – não fosse exigência da CUP de obter também maioria dos votos totais para que seguisse apoiando o projeto (GENERALITAT DE CATALUNYA, [2015?]; LÓPEZ, 2015).

O panorama final que se obtém das eleições regionais de 2015, que exercem força sobre a dinâmica política da Catalunha até alguns anos subsequentes, é uma mudança no sistema de partidos, acompanhada pelo comportamento eleitoral, que se tratará a seguir: legendas de nacionalismo catalão tradicionais, ao maior exemplo do CiU, desmantelam-se e são substituídas por um conceito mais agressivo de independentismo, do JxSí; assim como mudanças na expressividade dos partidos, como com a queda da figuração na segunda posição de um partido catalanista, dando lugar à oposição antinacionalista direta do Ciudadanos e da coalizão CSQEP. Em poucos anos o Parlamento catalão perdeu sua formação historicamente de maioria de políticos catalanistas – que até então não tinham o secessionismo como objetivo-base – para uma câmara fragmentada em duas ideologias ativamente reivindicantes. Dessa forma as eleições regionais de 2015 anunciaram uma polarização eleitoral quanto ao futuro, em união federada à Espanha ou não, da comunidade da Catalunha (LÓPEZ, 2015).

3.2 O REALINHAMENTO ELEITORAL DOS PARTIDOS NA CATALUNHA MARCADO NAS ELEIÇÕES REGIONAIS DE 2015

Sob a matéria central deste trabalho, trata-se de identificar no episódio das já expostas eleições autonômicas de 2015 na Catalunha o maior sinal de rompimento de tendência temporal cíclica (1980-2015) – aqui, o ciclo eleitoral – quanto a disposição e abordagem dos partidos políticos na arena eleitoral catalã – o realinhamento eleitoral sob as classificações de Serra Serra, Ubasart-González e Marti i Puig (2020), analisadas neste trabalho sob fontes e dados extras, como retratado na Introdução no parágrafo de metodologia. É cuidadoso atentar que tal realinhamento é pontualmente eleitoral no sentido em que as legendas políticas alteram-se e articulam-se em volta das tendências de voto e reivindicações que os eleitores apresentam nos âmbitos da sociedade, variando na profundidade em que determinadas pautas – aqui, principalmente, o secessionismo ou federalismo, sobre o eixo da nacionalidade – guiarão as campanhas, mas que determinado realinhamento não é sinônimo de reposicionamento político, visto que ideologias como esquerda e direita, por exemplo, não se ligam diretamente às reivindicações independentistas na Catalunha – portanto, mantêm-se imutáveis na maioria dos partidos durante o

realinhamento eleitoral e têm processo de diálogo com eleitores e associação partidária sob critérios ideológicos, não nacionais.

Sobre o período de análise comparativa, marca-se dos resultados eleitorais registrados nas eleições autonômicas da Catalunha do dia 27 de setembro de 2015 retroativamente até as eleições de mesmo nível do ano 1980, para contrastar, a partir do comportamento dos dados, a satisfação ou não do realinhamento eleitoral sob critérios expostos adiante. Alguns teóricos já marcam as eleições de 2012 como o início do processo de realinhamento partindo do estopim social que ocorreu no Dia Nacional da Catalunha, em 11 de setembro daquele ano, quando manifestantes tomaram as ruas da capital catalã⁹ e marcaram o começo de reivindicações mais expressivas não somente pela necessidade da elevação de pautas identitárias catalãs no sistema político de uma Catalunha ainda parte da Espanha federada, mas também pela completa secessão dessas causas em uma nova nação. Este estudo, portanto, entende que os dados de 2012 podem apresentar, em alguns momentos, indicações sugestivas de mudanças de tendências eleitorais, mas centra sua análise em 2015, visto que acredita que um número maior de condições ao realinhamento eleitoral foi satisfeito, produzindo alterações mais substanciais na dinâmica político-partidária que 2012, quando as maiores alterações ocorreram nas bases sociais e discursivas (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

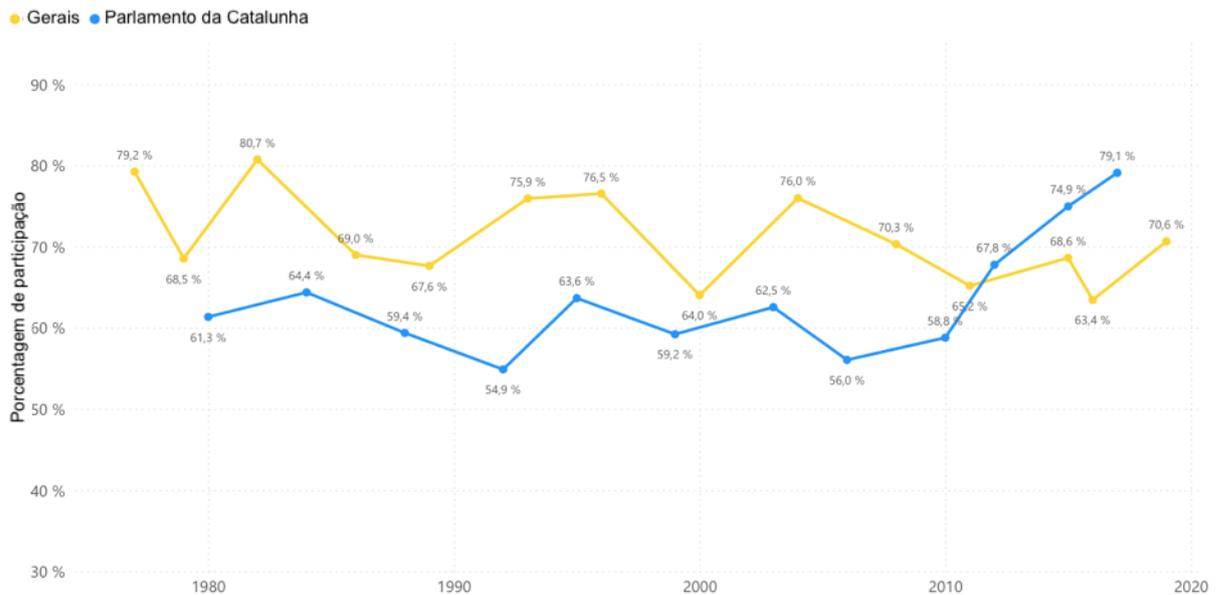
Para analisar a hipótese do realinhamento eleitoral catalão durante as eleições autonômicas de 2015 uma série de condições de marcos político-partidários devem ser satisfeitos de forma a indicar que determinado ano eleitoral significa uma nova conjuntura, com realinhamento das prioridades partidárias. Todas as condições, ou ao menos uma significativa porção das mais importantes para a análise em voga, devem ser satisfeitas para emitir-se uma decisão positiva ao realinhamento eleitoral. A partir da revisão teórica que fazem Serra Serra, Ubasart-González e Marti i Puig (2020), são apontadas seis condições que

⁹ O episódio da celebração de 2012 teve formato bem mais próximo de um protesto reivindicativo, cuja qual principal motivação observada por reclamarem civis e políticos – incluindo o porta-voz do governo catalão em declarações, Artur Mas – era a impunidade fiscal que a Espanha tinha para com a Catalunha: uma proposta de reforma fiscal já aprovada no Parlamento catalão era a única solução que se apontava, junto ao governo central, para o acordo; caso não fosse selado, aquela horda de protestantes independentistas já deveria servir ao governo central como aviso de que o movimento era forte e podia se associar, como sugeria o lema que marcou a manifestação ‘Catalunha, novo Estado da Europa’. Tal pacto fiscal que pode ser contextualizado como o maior incentivador do começo da associação secessionista em 2012, tinha como objetivo final a substituir o modelo fiscal que recaía na dinâmica entre Espanha e Catalunha, atingindo seu objetivo-último com a designação da Agencia Tributaria de Cataluña como responsável pela decisão sobre todos os tributos que o povo catalão paga [até a conclusão deste trabalho, em dezembro de 2022, não houve devida conclusão e acordo de um pacto fiscal da Espanha para a comunidade catalã] (EL PARLAMENT..., 2012; LA MARCHA..., 2012).

devem serem satisfeitas para o realinhamento, a saber: (1) o percebimento de uma grande participação eleitoral; (2) a disputa pela nomeação de candidatos dentro dos partidos, principalmente entre os maiores; (3) o surgimento de terceiras legendas na disputa eleitoral; (4) a aparição de novos temas de conflito; (5) polarização político-ideológica; e (6) mudanças profundas nas políticas públicas. Nos parágrafos que se seguem, atacar-se-ão com dados históricos todas as seis condições com objetivo de confirmar ou falsear sua aplicação no período entre eleições regionais catalãs de 1980 a 2015 (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Historicamente a Catalunha sofria com o fenômeno da abstenção diferencial, um padrão de comportamento político que discrimina determinadas eleições – as regionais, para o Parlamento catalão – como sendo de segunda ordem, ou seja, menos importantes que as eleições de primeira ordem – as gerais, que elegem candidatos para o Congresso nacional espanhol – que, por tal, mobilizam menos eleitores, já que entendem que neste tipo de eleição se “[...] tem menos em jogo [...].” (REIF; SCHMITT, 1980, p. 39, tradução nossa) que em eleições de primeira ordem – em prática, é dizer que grande parte dos cidadãos catalães era tão indiferente quanto às pautas dos partidos concorrentes que delegavam seu direito ao voto à parcela eleitora comparecente. Esse padrão produziu dados históricos que apontam coeficientes de comparecimento eleitoral de oscilação previsível dentro de determinada banda, para o período 1979-2010 de 54-65%, considerada baixa se comparados à faixa de variação que se registrava nas eleições gerais para o mesmo período, 68-80% – neste intervalo, até o ano mais participativo para as eleições parlamentárias catalãs, 1995, com 65% de comparecimento, é inferior à pior participação eleitoral nas eleições gerais, 68% em 1979 (GOBIERNO DE ESPAÑA, 2017; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Figura 1 – Coeficientes de comparecimento eleitoral catalão nas eleições gerais e autonômicas (1979-2019).



Fonte: Generalitat de Catalunya (2021), tradução nossa.

Como é possível ler na Figura 1, houve nas eleições parlamentares catalãs de 2015 o (1) percebimento de uma grande participação eleitoral, destoante da maior parte do histórico de comparecimento para este tipo de eleição. O conseguimento de 74,9% de eleitores nas urnas significa a maior diferença para o período em relação à eleição geral imediatamente anterior – 6,3 pontos percentuais – e apenas a segunda ocasião em que o índice autonômico superou o nacional. Nota-se que na ocasião da eleição autonômica anterior, em 2012, tem-se pela primeira vez a superação da participação das eleições federais antecedentes, de 2011, mesmo que ainda menos destoante – na ocasião a diferença foi de inferiores 2,6 pontos percentuais. Essas evidências significam a quebra da abstenção diferencial, que desde 1979 até a eleição anterior a de 2015 mantinha-se como tendência, apontando que o eleitorado catalão percebeu suficientes divergências entre os candidatos ao Parlamento para não se confortarem mais com a delegação de seu poder de decisão a terceiros: agora havia muito em jogo também no nível da comunidade autônoma (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2021).

Até o ano de 2015 a inscrição dos candidatos parlamentares de cada partido era tradicionalmente posposta e guiada por uma candidatura principal, a do líder partidário, que concorreria, mais tarde, à presidência da Generalitat. Porém, a situação partidária entre os independentistas na Catalunha àquela época era a do advento de uma mega associação de legendas, o JxSí, que demandava uma estratégia de indicação de lideranças completamente

diferente do habitual; o plano secessionista de longo prazo, que começaria naquele plebiscito independentista associado às eleições, demandava a unificação das lideranças em um nome de acordo geral: daí convencionou-se apresentar as candidaturas em listas eleitorais, elencando por prioridade da base independentista os indicados à presidência da Generalitat. Após renúncias e cessões de nomes com maiores potenciais de liderança em cada partido, acordou-se para a lista eleitoral na circunscrição de Barcelona¹⁰ a apresentação de Raül Romeva, um ex-membro do Parlamento Europeu pela Espanha, como líder, e somente nos quarto e quinto lugares¹¹ os dirigentes dos maiores partidos da coalizão – CDC e ERC –, o presidente da Generalitat ao momento, Artur Mas, e Oriol Junqueras, os quais em anos eleitorais típicos apareceriam encabeçando suas candidaturas como nomeáveis à presidência parlamentária (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Pode-se observar a satisfação da condição de (2) disputa pela nomeação de candidatos dentro dos partidos, além deste momento de formulação das listas pré-eleitorais, também após as eleições de fato, quando o recém-eleito corpo de parlamentares catalães precisou formar maioria para eleger seu presidente – o encabeçamento partidário e circunscrição na localidade de Barcelona por si só tinham caráter meramente implícito sem a formalização da eleição no Parlamento. O panorama do pós-eleição era do independentismo do JxSí vulnerável: isoladamente obtinham 62 cadeiras parlamentares, frente a 63 quando somadas as dos 4 partidos federalistas que conseguirem representantes; assim, a única maneira de somar maioria absoluta e ter garantida a eleição de um presidente independentista era a associação com os 10 parlamentares da CUP – que por sua vez discordou em escolher dentre os nomes que encabeçavam a principal lista eleitoral do JxSí. Não saiu da tradicional lista da circunscrição de Barcelona o nome em que ambas as legendas concordaram para indicação à presidência, Carles Puigdemont era o terceiro na circunscrição de Girona e foi quem serviu como próximo indicado a comandar a Generalitat – situação que expõe largamente a dificuldade e disputa para nomeação de candidatos que os partidos secessionistas passaram na ocasião de 2015 (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

¹⁰ A qual é tradicionalmente reservada pelas direções dos partidos para inscreverem nas eleições seus candidatos com intenções à presidência da Generalitat (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

¹¹ Em segundo e terceiro postos da lista eleitoral constaram nomes de líderes de organização popular e entidade sem fins lucrativos que vinham convocando manifestações pela independência nos últimos anos, respectivamente Carme Forcadell e Muriel Casals (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Quanto ao (3) surgimento de terceiras legendas na disputa eleitoral, as eleições autonômicas de 2015 na Catalunha são claras ao trazerem pela primeira vez mega coalizões de partidos para a arena política – estes não necessariamente trouxeram propostas de terceira via, mas, ao juntarem unidades com divergências de nível operacional em prol de um direcionamento maior, nesse caso o independentismo ou federalismo, criam terceiras legendas inéditas. A, anteriormente já tratada, coalizão Junts Pel Sí, em relação a 2012, conseguiu conglomerar dois partidos inteiros – CiU¹² e ERC – e parte advinda de mais uma legenda – PSC¹³ – em uma frente de candidatos independentistas que traziam suas referências partidárias fortes na lembrança do eleitorado; em mesmo sentido, pelo lado federalista, a coalizão dos partidos ICV–EUiA e Podemos em forma do Catalunya Sí que es Pot adicionou um partido espanholista significativo à disputa – ainda que tenha, este último, deixado de angariar mais legendas, quatro, para a concorrência conjunta que o lado secessionista, que concorreu paralelamente apenas à também independentista CUP (GROBA; PEREIRA LÓPEZ, 2018; LÓPEZ, 2015; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Tabela 1 – Distribuição de deputados no Parlamento da Catalunha por partido (1980-2021).

	20 mar. 1980	29 abr. 1984	29 mar. 1988	15 mar. 1992	19 nov. 1995	17 out. 1999	16 nov. 2003	1 nov. 2006	28 nov. 2010	25 nov. 2012	27 set. 2015	21 dez. 2017	14 fev. 2021
TOTAL	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135	135
PSC (1)	33	41	42	40	34	50	42	37	28	20	16	17	33
ERC (2)	14	5	6	11	13	12	23	21	10	21	-	32	33
JxCat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Vox	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
ECP-PEC (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	8	9
CUP-G (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10	4	8
C's (5)	-	-	-	-	-	-	-	3	3	9	25	36	6
PP (6)	-	11	6	7	17	12	15	14	18	19	11	4	3
JUNTSxCAT (7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-
JxSí (8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-
CiU	43	72	69	70	60	56	46	48	62	50	-	-	-
ICV-EUiA (9)	23	6	9	7	11	5	9	12	10	13	-	-	-
CC-UCD	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSA	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDS	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SI	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0	-	-	-

Nota: (1) Para 1999: PSC-CIPC; Para 2003 e 2006: PSC-CPC;

(2) Para 2012 e 2017: ERC-Cat Sí;

(3) Para 2015: CatSíquesPot; Para 2017: CatComú-Podem. Candidatura formada por CatComú (ECP, ICV, EUiA, EQUO) e Podem;

(4) De 2012 a 2017: CUP;

(5) De 2006 a 2017: C's;

(6) Para 1984: CP (Coalición Popular AP-PDP-UL); Para 2003: PPC;

(7) Para 2017: Candidatura apoiada por PDeCat (antes CDC);

(8) Candidatura apoiada por CDC e ERC;

(9) Para 1980 e 1984: PSUC; Para 1988 e 1992: IC; Para 1995: IC-EV; Para 1999: IC-V; Para 2003 ICV-EA.

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?])a, tradução nossa.

¹² Que no hiato eleitoral 2012-2015 dissolveu sua organização federada de partidos nas legendas originais, CDC e UDC – esta última, ainda antes de 2015, dividindo-se novamente, a fatia Demòcrates de Catalunya (DC) foi a ingressante na coalizão JxSí (BARRIO, 2009; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

¹³ Sob forma do novo Moviment d'Esquerres (MES), formado em 2014 por dissidentes da legenda original (NACE..., 2014).

As fórmulas que sugeriam a coalizão por ideologia como um caminho de fortalecimento de candidaturas e polarização do eleitorado entre dependência ou secessão produziram resultados historicamente significantes, como pode-se interpretar pela Tabela 1 acima. Pela primeira vez desde 1980 a CiU, partido mais consistente e com maior número de assentos em todas as eleições desde a citada data, deixou de eleger deputados no Parlamento catalão já que não concorreu sob esta legenda – mesmo logrando número impressionantes individualmente, aderiu à reformulação partidária de 2015, entre outras razões, por ser a sigla política do então presidente secessionista Artur Mas –, porém, coalizada como JxSí conseguiu somar resultados que seguiram a mesma tendência que costuma obter nas votações – sendo a legenda com mais deputados eleitos, 62; similarmente, foi também a primeira vez em que ERC não se apresentou sob esta forma: mesmo coligada com outros partidos como CSQEP, perdeu duas posições no *ranking* de assentos conseguidos em relação à eleição imediatamente anterior – do 2º para o 4º lugar¹⁴. Ainda, é interessante apontar que de 2012 a 2015 houve uma diminuição no número de candidaturas de siglas apresentadas – de 18 para 11 – porém, tal queda tem grande ligação com a coalização de partidos, que foram novas opções com maior relevância política para o eleitorado, já que em 2015 mais da metade – 6 – das legendas apresentadas elegeram representantes no Parlamento, enquanto que em 2012 esse número foi pouco maior que um terço – 7 (AJUNTAMENT DE BARCELONA, [2021?]b.; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Por fim, a observação da (4) aparição de novos temas de conflito e de um aumento na (5) polarização político-ideológica, duas últimas condições para configuração do processo de realinhamento eleitoral, podem ser tratadas de maneira conjunta, ambas apoiadas na intensificação do secessionismo – descolado do radical da nacionalidade histórica catalã – como pauta de reivindicações partidárias que se escalaram no pré-2015. Quanto a isso, deve-se observar que o catalanismo, posto como pauta sociocultural, étnica, linguística e econômica, não é um tema novo nos espaços políticos catalães, até mesmo ideais incipientes de independência já apareciam, até a década de 1980, como “[...] demandas de maior autogoverno ou reconhecimento de identidade [...]” ainda em tom cooperativo com o governo espanhol, já que tais reivindicações ficaram atribuídas como “[...] um marco de relação [...] plurinacional com o Estado.” (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG,

¹⁴ Empatado com o Partido Popular, ambos com 11 assentos (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

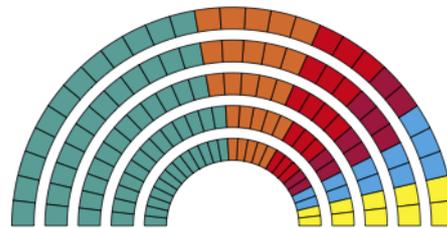
2020, p. 119, tradução nossa). Foi em 1989 que o primeiro partido com representação parlamentar na Generalitat, a ERC, incluiu a independência da comunidade autônoma como mais uma – e não a principal – de suas pautas: tal proposição foi suficiente para alavancar por anos a legenda, que quase dobrou o número de assento na eleição seguinte e manteve-se, até 2012, entre o segundo e quarto partido com mais cadeiras no Parlamento.

Daí surgia um novo tema que, até 2012, não era necessariamente conflituoso, já que os partidos o tomavam apenas como mais uma pauta para proposições políticas – até mesmo entre os independentistas não se intentava formar maioria com vias diretas de declaração de autonomia, como se planejou para as eleições de 2015. E até 2015, tais propostas por maior flexibilidade ou não das independências das comunidades autônomas foi absorvida de forma tão satisfatória tanto pelos partidos – em forma de assunto ordinário de suas propostas de governo – como pelos eleitores, que a disposição das siglas catalãs e suas respectivas proposições de abrandamento dos temas de conflito de cada época experienciou 28 anos de consistência eleitoral, – de 1984-2012 – ocasiões todas em que os 5 maiores partidos elegeram representantes ao Parlamento – sob efeito da citada abstenção diferencial dos votantes. Para 2015 o ato do desmantelamento de partidos tradicionalmente catalanistas – em seu sentido histórico-nacional – em prol da formação de coalizões secessionistas ou espanholistas é a materialização no espectro político da pressão que a sociedade, embalada por outros exemplos internacionais, aplicava cada vez mais forte em suas reivindicações, principalmente nas econômicas: a preferência ou preterição pela secessão emergiu como tema de conflito central, que moldaria a sua volta coalizões de partidos e propostas políticas (LÓPEZ, 2015; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Quanto ao aumento da polarização nas eleições regionais de 2015 na Catalunha, é importante retomar que este não se dá sobre a ideologia de políticas públicas dos partidos, os conceitos consolidados de direita e esquerda, mas sim sobre o eixo nacional do secessionismo ou federalismo, que é o novo tema de conflito – a agenda dos benefícios ou malefícios da secessão, principalmente quanto à economia, veio penetrando a crença dos eleitores de que teria implicações mais operativas que a agenda de proposição de políticas públicas esquerdistas ou direitistas; sobre essas duas óticas de análise, devem manterem-se separadas uma vez em que não é possível relacionar uma tendência entre sí: à direita encontram-se partidos catalanistas, como o CiU, e federalistas, como o PP ou o C's, e também à esquerda, como o independentista ERC e o espanholista ICV. De 1980 a 2012, como pode-se observar

pelos números da Tabela 1, não surpreendiam resultados de eleições que elegiam grande maioria de catalanistas para o Parlamento, principalmente liderados pelos candidatos da ERC e PSC; para 2015, a apertada conquista de assentos revelou uma marcada polarização quanto à questão nacional: a diferença de menos de 5 parlamentares garantiu maioria absoluta ao lado secessionista – 72 assentos combinados de JxSí e CUP contra 63 assentos combinados de C's, PSC, CSQP e PP – como mostra a Figura 2 (LÓPEZ, 2015; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Figura 2 – Resultado das eleições regionais de 2015 quanto a distribuição por partido dos 135 assentos do Parlamento catalão.



2015			
Candidaturas	Votos		Deputados
JxSí	1.628.714	39,59%	62
C's	736.364	17,90%	25
PSC	523.283	12,72%	16
CatSíqueesPot	367.613	8,94%	11
PP	349.193	8,49%	11
CUP	337.794	8,21%	10
unio.cat	103.293	2,51%	
PACMA	30.157	0,73%	
RECORTES CERO-ELS VERDS	14.444	0,35%	
GANEMOS	1.167	0,03%	
PIRATA.CAT/XDT	327	0,01%	

Fonte: Generalitat de Catalunya ([2015?]), tradução nossa.

Apesar da maioria dos assentos para os secessionistas, nas urnas, a porcentagem de votos angariada pelos federalistas foi mais alta, 52,2%: foi a dinâmica de alianças e coalizões que garantiu mais vagas parlamentares para JxSí e CUP. Da totalidade dos votos em 2015, 57,8% dos eleitores mudaram sua decisão em relação à eleição regional anterior – número

consideravelmente maior que a volatilidade histórica registrada nas eleições passadas, de 1980 a 2012, que variou dentro da banda 7,4-16,1%. O salto no índice de volatilidade se dá principalmente devido às mega coalizões surgidas para a corrida eleitoral de 2015, que tecnicamente concorrem como partidos diferentes daqueles que as compõem, mas confirmam a tendência à polarização, ao remanejar esses votos com força expressiva à JxSí – por influência da CiU – mas também a siglas federalistas, com destaque à transferência significativa de votos ao partido Ciudadanos, que cresceu 177% em relação a 2012 e se consagrou como o segundo maior partido – e o primeiro entre os espanholistas – do Parlamento da Generalitat para a legislatura de 2015 (GENERALITAT DE CATALUNYA, [2015?]; SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020).

Quanto à última das condições para afirmar a ocorrência de um processo de realinhamento eleitoral em uma determinada estrutura de partidos, – a análise de (6) mudanças profundas nas políticas públicas – esta tem dificultosa leitura no caso catalão de 2015. É fato que se formou no Parlamento catalão blocos alinhadamente ideológicos quanto à questão nacional – a bancada de maioria absoluta, secessionista, por isso, teve naquela legislatura mais facilidade para aprovar pautas alinhadas como tal – que, porém, não tem ligação direta com ideologias políticas, principalmente direita e esquerda, essas cujas quais exercem influência explícita sobre as formulações de políticas públicas e, por tal, a distribuição de maiorias parlamentares não deve seguir a mesma que para assuntos de independência. Isso posto, identifica-se dificuldade de articulação de proposições marcadamente políticas nas campanhas eleitorais de 2015 uma vez em que o debate era tomado por questões como “[...] a definição de deveres e direitos da cidadania mais que por as diversas propostas de políticas públicas setoriais.” (SERRA SERRA; UBASART-GONZÁLEZ; MARTI I PUIG, 2020, p. 120, tradução nossa), pospondo a importância da exposição das políticas operativas até mesmo em debates e comícios partidários.

Frente o exposto, observamos a satisfação de cinco – percepção de uma grande participação eleitoral; disputa pela nomeação de candidatos dentro dos partidos, principalmente entre os maiores; surgimento de terceiras legendas na disputa eleitoral; aparição de novos temas de conflito e; polarização político-ideológica – das seis estipulações para percepção da ocorrência ou não de um realinhamento eleitoral em dada estrutura de partidos. As cinco condições julgam-se suficientes para afirmar a confirmação do realinhamento, ainda mais quando fez-se capaz de observar, na análise de algumas delas,

quebra de padrões históricos ou mudanças abruptas de tendências eleitorais e partidárias que vinham se apresentando desde o começo do período temporal analisado. Quanto à incapacidade de precisar a satisfação do sexto elemento, – mudanças profundas nas políticas públicas – entende-se que tal não é suficiente para limitar os demais, visto que a literatura que discorre sobre o realinhamento eleitoral considera suficiente a satisfação de ao menos uma significativa porção das condições para emitir-se uma decisão positiva ao realinhamento e, uma análise focada nos planos de políticas públicas de partidos e parlamentares eleitos para a legislatura de 2015 poderia, inclusive, sinalizar a ocorrência de mudanças profundas em relação a anos anteriores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante os fatos históricos e dados numéricos expostos comparativamente, podemos tomar considerações a respeito da evolução do movimento nacional histórico compreendido por civis e políticos na Catalunha, a partir da análise da influência de heranças históricas nos acontecimentos mais recentes, principalmente os da década de 2010, quando o estudo dos âmbitos de auto governança, cultural, econômico e hierárquico-autônomo aponta para um cenário de reivindicações inéditas. Como assimilado ao longo do trabalho, há evidências que competem esta pesquisa concluir também quanto a importância da articulação política sob o eixo nacional secessionista, principalmente em como este se traduziu na disputa eleitoral do ano de 2015 – a partir da ótica de reorganização partidária e comportamento dos eleitores nas urnas.

Quanto da liberdade do povo da Catalunha de associarem-se culturalmente sob instituições próprias que não reprimissem ideais principalmente de idiomas e tradições, entende-se que esta acompanhou os catalães na maior parte de sua história – excetuando momentos de ditadura – uma vez que mesmo no primeiro ato registrado de unificação em uma ideia de Espanha – com o casamento de Ferdinando de Aragão e Isabel de Castela, no Século XV – instituições locais mantiveram sua legitimidade intocada, com a mudança de que deveriam, agora, apenas alinharem-se a macro ideias de pertencimento imperial. Este momento, tido como primeira brecha à unificação administrativa e cultural, permitiu o fortalecimento regional da Catalunha ao barrar tentativas posteriores por maior alinhamento, como na Constituição de Cádiz de 1812, e repercutir seus organismos que institucionalizavam a associação identitária e as liberdades especiais de língua e cultura.

Em matéria econômica, é plausível afirmar que a Catalunha desempenhou um papel-chave na globalização da Espanha pós adoção do euro, ao atrair 1/3 de todo o fluxo de IDE do país à região, que apostava na geração de riqueza por atividades com alguma especialização. Também, que os números do PIB catalão – que apresentam percentual produtivo maior que sua população – ao ranquearem a Catalunha isolada 8 posições acima da Espanha entre os índices de Produto Interno Bruto da EU-15, somado à sua riqueza de 8,8% pontos acima da média observada nos 28 países-membro da União Europeia, sugerem um desempenho econômico excepcional da Catalunha frente à Espanha. Este trabalho, porém, é cauteloso em concluir a satisfação das evidências econômicas apresentadas pelos catalães na sustentação

destes números em um hipotético Estado catalão soberano, uma vez que entende a dinâmica do sistema internacional de retaliação de países com sanções econômicas – suscetível de aplicação pela Espanha – e o desconforto fiscal que o novo país sofreria sem os benefícios da EU. A vulnerabilidade da região no pós-crise, como exposto em 2008, e consequente dependência da Espanha para recuperação serve como ponto de referência para considerar a não viabilidade de uma econômica catalã continuidade forte sem amparo das estruturas espanholas.

Na arena política, este trabalho percebe a nova disposição das legendas eleitorais na Catalunha à medida em que a agenda secessionista ascende no entendimento dos eleitores como alternativa à política tradicional. Neste sentido, marcamos o Dia Nacional da Catalunha de 2012 como o ponto de partida para mudanças de discursos dos catalães, quando pela primeira vez não só os manifestantes, mas também o líder político Artur Mas, cogitavam a secessão como caminho para a resolução dos problemas na região, caso a União não acatasse suas reivindicações – à ocasião, um pacto fiscal. E novembro de 2014 como institucionalização da corrida secessionista no campo partidário, quando a publicização de um cronograma de intenção de autoproclamação pelo presidente da Generalitat adiantou as eleições e convocou o lado independentista a uma candidatura única e fortalecida – o que instigou a resposta da oposição, criando o até então maior ambiente de polarização já percebido em nível político-partidário.

Analisando os números de 27 de setembro de 2015, é possível interpretarmos uma sociedade catalã aderida à polarização inédita: o comparecimento eleitoral foi o maior já registrado até o momento, superando inclusive, apenas pela segunda vez na história, o índice de participação da eleição geral imediatamente anterior. Nas urnas, pode-se entender o resultado como apertado: 9.945 votos ou 0,25% de diferença em favor dos federalistas, o que não os garantiu, porém, maioria no Parlamento; por concorrerem unificados quase que todos em um mesmo partido, sob uma única lista eleitoral, os secessionistas arremataram 9 cadeiras a mais – o que, na prática, garante poder de decisão política nas votações parlamentares. O cenário no Parlamento traduziu um período eleitoral atípico, de polarização máxima sobre os pilares nacionais, possível de enxergarmos na proximidade dos resultados – o que abre margem para as considerações acerca de como se realinharam os partidos no período pré-eleição, que seguem.

Finalmente, a partir do novo desenho dos partidos – principalmente as mega coalizões JxSí e CSQEP – esse trabalho pode julgar a satisfação de seis conceitos teóricos

para consideração que partidos e eleitores proporcionaram um realinhamento eleitoral na arena política catalã para as eleições de 2015. O atendimento imediato de cinco principais conceitos – o (1) o percebimento de uma grande participação eleitoral; (2) a disputa pela nomeação de candidatos dentro dos partidos, principalmente entre os maiores; (3) o surgimento de terceiras legendas na disputa eleitoral; (4) a aparição de novos temas de conflito e a (5) polarização político-ideológica – como expostos em números eleitorais e ações políticas, é suficiente para este trabalho concluir a ocorrência de realinhamento eleitoral para o período que antecedeu e culminou nas eleições regionais de 2015 na Catalunha, visto que a literatura que estipula os pontos de análise entende a satisfação de ao menos uma significativa porção destes como suficiente para o realinhamento. Não havendo prejuízo para o resultado final da pesquisa, portanto, a incapacidade de precisar da sexta condição – (6) mudanças profundas nas políticas públicas –, que apresentou dificuldade de análise vista a excepcionalidade dos debates pré-eleitorais, que em sua maioria foram tomados por questões concernentes à independência ao invés de temas tradicionais de política pública.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Asdrúbal. **La Constitución de Cadiz de 1812**: Hacia los orígenes del constitucionalismo iberoamericano y latino. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2004. 262 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Bo4uHm2qsMgC&lpg=PP1&dq=la%20constitucion%20de%201812&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Distribució de diputados en Catalunya**. [2021?]a. Disponível em: https://ajuntament.barcelona.cat/estadistica/castella/Estadistiques_per_temes/Eleccions/Eleccions_parlament_Catalunya/autevo/ea13.htm. Acesso em: 03 out. 2022.
- AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Elecciones al Parlamento de Cataluña**. [2021?]b. Disponível em: https://ajuntament.barcelona.cat/estadistica/castella/Estadistiques_per_temes/Eleccions/Eleccions_parlament_Catalunya/index.htm. Acesso em: 03 out. 2022.
- BARRIO, Astrid. Alianzas entre partidos y cambio organizativo: el caso de Convergència i Unió. **Papers: Revista de sociologia**, Barcelona, n. 92, p. 51-74, 2009. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n92/02102862n92p51.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022.
- CARBALLO-CRUZ, Francisco. Causes and Consequences of the Spanish Economic Crisis: why the recovery is taken so long?. **PANOECONOMICUS**, [s. l], v. 3, p. 309-328, set. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227639627_Causes_and_Consequences_of_the_Spanish_Economic_Crisis_Why_the_Recovery_is_Taken_so_Long. Acesso em: 18 nov. 2022.
- CASALS, Xavier. La Cataluña emergente: Secesionismo y dinámicas populistas europeas. **Tiempo Devorado**, vol. 2, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.recercat.cat/handle/2072/374671>. Acesso em: 01 set. 2021.
- COMISSÃO EUROPEIA. **From 6 to 27 members**. [Entre 2020 e 2022]. Disponível em: https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/enlargement-policy/6-27-members_pt. Acesso em: 19 nov. 2022.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995. Acesso em: 19 ago. 2021.
- EL PARLAMENT aprueba su reclamación de pacto fiscal con el aval parcial del PSC. **RTVE**. [S. L.]. 25 jul. 2012. Disponível em: <https://www.rtve.es/noticias/20120725/pacto-fiscal-catalan-excluirea-estado-gestion-tributos/550119.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- ELLIOTT, John H. **Imperial Spain**: 1469-1716. Londres: Penguin Books, 2002. 429 p. Disponível em: https://cheirif.files.wordpress.com/2014/08/j-h-elliott-imperial-spain_-1469-1716-penguin-books-2002.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

ESPAÑA. Constitución (1978). **Constitución Española**. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, Tradução de: Afonso d'Oliveira Martins e Margarida Salema d'Oliveira Martins Gagliardini Graça. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiA89rm0a75AhUMrZUCHTrnDNAQFnoECAsQAQ&url=https%3A%2F%2Fboe.es%2Fbiblioteca_juridica%2Fcodigos%2Ffabrir_pdf.php%3Ffich%3D387_Constitucion_Espanola_____Constituicao_Espanhola.pdf&usq=AOvVaw2RoyRvEvBhfdMzrNut_8nh. Acesso em: 04 ago. 2022.

ESTAPÉ, Salvador. A picture of the economy and business in Catalonia: threats and opportunities. **Paradigmes: Economia Productiva i Coneixement**, [S. L.], v. 3, p. 39-47, dez. 2009. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Paradigmes/article/view/225425>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FIGUERES, Josep M. **Història contemporània de Catalunya**. [S. L.]: Editorial UOC, 2003. 271 p. Disponível em: https://books.google.cat/books?id=WXpu47ZF1vwC&pg=PA46&dq=decrets+de+nova+planta&hl=ca&ei=qV-ITPY5yo2MB5TY7ZsM&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q=decrets%20de%20nova%20planta&f=false. Acesso em: 22 out. 2022.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Biography**: Artur Mas. 2022. Disponível em: <https://catalangovernment.eu/catalangovernment/government/presidents/artur-mas>. Acesso em: 19 nov. 2022.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Eleccions al Parlament de Catalunya 2015**: Resultados definitivos. [2015?]. Disponível em: http://www.gencat.cat/governacio/resultatsparlament2015/resu/09AU/DAU09999CM_L1.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Participación electoral**. 2021. Disponível em: <https://eleccions.gencat.cat/es/estadistiques/Estadistiques-de-participacio-electoral/>. Acesso em: 30 set. 2022.

GIBSON, Charles. **Spain in America**. Nova Iorque: Harper & Row, 1966. 280 p. Disponível em: <https://archive.org/details/spaininamerica0000gibs/mode/2up>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GOBIERNO DE ESPAÑA, Ministerio del Interior, Dirección General de Política Interior. **Las Elecciones Generales en España: 1977-2016**. [S. L.]: Administración General del Estado, 2017. 261 p. Disponível em: https://www.interior.gob.es/opencms/pdf/archivos-y-documentacion/documentacion-y-publicaciones/publicaciones-descargables/elecciones-y-partidos-politicos/Las_elecciones_generales_en_Espana_1977-2016_126170281.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

GROBA, D. M.; PEREIRA LÓPEZ, M. Los componentes del voto en las elecciones autonómicas de 2015-2016 en Andalucía, Cataluña, Galicia y País Vasco. **RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, v. 17, n. 1, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/rips/article/view/4973>. Acesso em: 18 set. 2022.

LA MARCHA independentista colapsa el centro de Barcelona en la celebración de la Diada. **RTVE**. [S. L.]. 11 set. 2012. Disponível em: <https://www.rtve.es/noticias/20120911/miles-personas-colapsan-centro-barcelona-marcha-independentista/562679.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2022.

LÓPEZ, Astrid Barrio. Las excepcionales elecciones catalanas de 2015. **Más poder local**, n. 25, p. 22-24, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7455154.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MANGAN, Phaedra. **The Multifaceted Origin of Separatist Sentiment in Catalonia: The Interdependence of Culture, Economy, and Politics**. 2014. 55 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Globais, Escola Superior de Artes e Ciências, Universidade Brandeis, Waltham, 2014. Disponível em: <https://scholarworks.brandeis.edu/esploro/outputs/graduate/The-Multifaceted-Origin-of-Separatist-Sentiment/9923880037901921>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MURPHY, Andrea; CONTRERAS, Isabel (ed.). **The Global 2000 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=6419f1735ac0>. Acesso em: 19 nov. 2022.

NACE el partido MES, que fusiona a NECat y Moviment Catalunya. **La Vanguardia: Política**. Barcelona. 30 nov. 2014. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20141130/54420902254/partido-mes-necat-moviment-catalunya.html>. Acesso em: 03 out. 2022.

PÉREZ-MONEO, Miguel. CATALUÑA ANTE LAS URNAS: elecciones, investidura, ¿derecho a decidir?. **Revista General de Derecho Constitucional**, Barcelona, v. 22, n. 1, p. 1-34, abr. 2016. Reprodução do documento publicado em: https://www.iustel.com/v2/revistas/detalle_revista.asp?id_noticia=417222&d=1. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/100745/1/662335.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Acesso em: 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>.

REIF, Karlheinz; SCHMITT, Hermann. Nine Second-Order National Elections - A Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results. **European Journal of Political Research**, n. 8, p. 3-44, mar. 1980. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-6765.1980.tb00737.x>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ROGER, Maiol. Los siete pasos hacia la secesión: de la lista mixta al referéndum definitivo. **El País**. Barcelona, p. 8-8. 25 nov. 2014. Disponível em: https://elpais.com/ccaa/2014/11/26/catalunya/1416956539_068491.html. Acesso em: 19 nov. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução de Lourdes Santos Machado; introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SERRA SERRA, M.; UBASART-GONZÁLEZ, G; MARTI I PUIG, S. Elecciones al Parlamento catalán 2012-2017: ¿un proceso acelerado de realineamiento electoral? **Analecta Política**, v. 10, n. 18, p. 105-124, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://dugi-doc.udg.edu/handle/10256/18370?show=full>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SPERANZA, Talitha. As razões econômicas por trás do separatismo catalão. **Terraço Econômico**. [S. L.]. 09 nov. 2017. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/as-razoes-economicas-por-tras-do-separatismo-catalao/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ANEXO A – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 1992.

	Absolutos.	% de eleitores	% de votantes
Eleitores	4.839.071	100,0	
Votantes	2.655.051	54,9	100,0
Abstenção	2.184.020	45,1	
CIU	1.221.233	25,2	46,0
PSC	728.311	15,1	27,4
ERC	210.366	4,3	7,9
IC	171.794	3,6	6,5
PP	157.772	3,3	5,9
CDS	24.033	0,5	0,9
PCC	22.181	0,5	0,8
EV-UVE (AEC)	14.041	0,3	0,5
ARM-ADE	13.067	0,3	0,5
AV-MEN	10.323	0,2	0,4
PST	10.270	0,2	0,4
LE	9.879	0,2	0,4
PEC-VERDE	7.786	0,2	0,3
CL	5.241	0,1	0,2
PORE	2.258	0,0	0,1
SI	2.080	0,0	0,1
PH	1.752	0,0	0,1
JRL	431	0,0	0,0
Branços	31.092	0,6	1,2
Nulos	11.141	0,2	0,4

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.

ANEXO B – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 1995.

	Absolutos.	% de eleitores	% de votantes
Eleitores	5.079.981	100,0	
Votantes	3.232.959	63,6	100,0
Abstenção	1.847.022	36,4	
CIU	1.320.071	26,0	40,8
PSC	802.252	15,8	24,8
PP	421.752	8,3	13,0
IC-EV	313.092	6,2	9,7
ERC	305.867	6,0	9,5
AEC-EVE	14.651	0,3	0,5
PEC	5.639	0,1	0,2
POR	3.886	0,1	0,1
PRT	2.221	0,0	0,1
PICC-PIE	1.580	0,0	0,0
PC-NPS	869	0,0	0,0
FE-JONS	327	0,0	0,0
PAE	194	0,0	0,0
PDEP	134	0,0	0,0
Branços	31.417	0,6	1,0
Nulos	9.007	0,2	0,3

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.

ANEXO C – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 1999.

	Absolutos.	% de eleitores	% de votantes
Eleitores	5.293.657	100,0	
Votantes	3.133.926	59,2	100,0
Abstenção	2.159.731	40,8	
PSC-CIPC (1)	1.183.299	22,4	37,8
CIU	1.178.420	22,3	37,6
PP	297.265	5,6	9,5
ERC	271.173	5,1	8,7
IC-V (2)	78.441	1,5	2,5
EUiA	44.454	0,8	1,4
EV-CEC	22.797	0,4	0,7
EV-AV	8.254	0,2	0,3
POSI	2.784	0,1	0,1
EC	1.774	0,0	0,1
PHC	1.327	0,0	0,0
FE-JONS	1.281	0,0	0,0
UC-CDS	1.161	0,0	0,0
PLN	1.029	0,0	0,0
UNIC-FIC	881	0,0	0,0
TPR	833	0,0	0,0
PE	799	0,0	0,0
LI(LIT-CI)	485	0,0	0,0
UFD	447	0,0	0,0
CAM	110	0,0	0,0
PDEP	108	0,0	0,0
Branços	28.968	0,5	0,9
Nulos	7.836	0,1	0,3

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.

ANEXO D – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2003.

	Absolutos	% s/eleitores	% s/ votantes	% s/votos válidos	Deputados	% deputados
Eleitores	5.321.274	100,0				
Abstenção	2.339.166	44,0				
Votantes	2.982.108	56,0	100,0			
Votos válidos	2.968.534	55,8	99,5	100,0	135	100,0
CIU	935.756	17,6	31,4	31,5	48	35,6
PSC-CPC	796.173	15,0	26,7	26,8	37	27,4
ERC	416.355	7,8	14,0	14,0	21	15,6
PP	316.222	5,9	10,6	10,7	14	10,4
ICV-EUIA	282.693	5,3	9,5	9,5	12	8,9
C's	89.840	1,7	3,0	3,0	3	2,2
EV-EVC	17.900	0,3	0,6	0,6		
PACMA	13.730	0,3	0,5	0,5		
EI	6.922	0,1	0,2	0,2		
RC	6.024	0,1	0,2	0,2		
POSI	5.632	0,1	0,2	0,2		
PCPC	4.158	0,1	0,1	0,1		
EV-AV	3.228	0,1	0,1	0,1		
PFIV	2.776	0,1	0,1	0,1		
AES-DN	2.735	0,1	0,1	0,1		
PH	2.608	0,0	0,1	0,1		
MSR	1.096	0,0	0,0	0,0		
PAZUL	1.039	0,0	0,0	0,0		
PUM+J	945	0,0	0,0	0,0		
Decideix.cat	668	0,0	0,0	0,0		
PCPC-N. SOM	640	0,0	0,0	0,0		
CenB	626	0,0	0,0	0,0		
IR-PRE	524	0,0	0,0	0,0		
Branços	60.244	1,1	2,0	2,0		
Nulos	13.574	0,3	0,5			

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.

ANEXO E – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2006.

	Absolutos	% s/eleitores	% s/ votantes	% s/votos válidos	Deputados	% deputados
Eleitores	5.321.274	100,0				
Abstenção	2.339.166	44,0				
Votantes	2.982.108	56,0	100,0			
Votos válidos	2.968.534	55,8	99,5	100,0	135	100,0
CIU	935.756	17,6	31,4	31,5	48	35,6
PSC-CPC	796.173	15,0	26,7	26,8	37	27,4
ERC	416.355	7,8	14,0	14,0	21	15,6
PP	316.222	5,9	10,6	10,7	14	10,4
ICV-EUIA	282.693	5,3	9,5	9,5	12	8,9
C's	89.840	1,7	3,0	3,0	3	2,2
EV-EVC	17.900	0,3	0,6	0,6		
PACMA	13.730	0,3	0,5	0,5		
EI	6.922	0,1	0,2	0,2		
RC	6.024	0,1	0,2	0,2		
POSI	5.632	0,1	0,2	0,2		
PCPC	4.158	0,1	0,1	0,1		
EV-AV	3.228	0,1	0,1	0,1		
PFIV	2.776	0,1	0,1	0,1		
AES-DN	2.735	0,1	0,1	0,1		
PH	2.608	0,0	0,1	0,1		
MSR	1.096	0,0	0,0	0,0		
PAZUL	1.039	0,0	0,0	0,0		
PUM+J	945	0,0	0,0	0,0		
Decideix.cat	668	0,0	0,0	0,0		
PCPC-N. SOM	640	0,0	0,0	0,0		
CenB	626	0,0	0,0	0,0		
IR-PRE	524	0,0	0,0	0,0		
Branços	60.244	1,1	2,0	2,0		
Nulos	13.574	0,3	0,5			

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.

ANEXO F – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2010.

	Absolutos	% s/ eleitores	% s/ votantes	% s/ votos válidos	Deputados
Eleitores	5.363.688	100,0			135
Abstenção	2.211.058	41,2			
Votantes	3.152.630	58,8	100,0		
Votos válidos	3.130.276	58,4		100,0	
CIU	1.202.830	22,4	38,2	38,4	62
PSC	575.233	10,7	18,2	18,4	28
PP	387.066	7,2	12,3	12,4	18
ICV-EUIA	230.824	4,3	7,3	7,4	10
ERC	219.173	4,1	7,0	7,0	10
C's	106.154	2,0	3,4	3,4	3
SI	102.921	1,9	3,3	3,3	4
PXC	75.134	1,4	2,4	2,4	
RI.CAT	39.834	0,7	1,3	1,3	
EB-CENB	18.679	0,3	0,6	0,6	
EV-GVE	15.784	0,3	0,5	0,5	
PACMA-ANIMALISTA	14.238	0,3	0,5	0,5	
DB	7.189	0,1	0,2	0,2	
CORI	6.990	0,1	0,2	0,2	
PIRATA.CAT	6.451	0,1	0,2	0,2	
UPyD	5.418	0,1	0,2	0,2	
PDLPEA	3.330	0,1	0,1	0,1	
PCPC	3.028	0,1	0,1	0,1	
AG	2.208	0,0	0,1	0,1	
PFYV	2.201	0,0	0,1	0,1	
PUM+J	2.100	0,0	0,1	0,1	
POSI	1.920	0,0	0,1	0,1	
FE de las JONS	1.760	0,0	0,1	0,1	
PRE-IR	1.547	0,0	0,0	0,0	
PCAS	1.066	0,0	0,0	0,0	
PH	908	0,0	0,0	0,0	
UCE	904	0,0	0,0	0,0	
PDR.CAT	824	0,0	0,0	0,0	
MSR	788	0,0	0,0	0,0	
GN	597	0,0	0,0	0,0	
PGLBTH/TSI	498	0,0	0,0	0,0	
PXCAT	314	0,0	0,0	0,0	
CDS	218	0,0	0,0	0,0	
BLOC.SC	187	0,0	0,0	0,0	
PAR	98	0,0	0,0	0,0	
SAIN	82	0,0	0,0	0,0	
ALS	54	0,0	0,0	0,0	
PJP	49	0,0	0,0	0,0	
DW	46	0,0	0,0	0,0	
Branços	91.631	1,7	2,9	2,9	
Nulos	22.354	0,4	0,7	-	

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?][b]), tradução nossa.

ANEXO G – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2012.

	Absolutos	% s/ eleitores	% s/ votantes	% s/ votos válidos	Deputados
Eleitores	5.413.868	100,0			135
Abstenção	1.745.558	32,2			
Votantes	3.668.310	67,8	100,0		
Votos válidos	3.635.170	67,1	99,1	100,0	
CiU	1.116.259	20,6	30,4	30,7	50
PSC	524.707	9,7	14,3	14,4	20
ERC-Cat Sí	498.124	9,2	13,6	13,7	21
PP	471.681	8,7	12,9	13,0	19
ICV-EUiA	359.705	6,6	9,8	9,9	13
C's	275.007	5,1	7,5	7,6	9
CUP	126.435	2,3	3,4	3,5	3
PXC	60.107	1,1	1,6	1,7	0
SI	46.838	0,9	1,3	1,3	0
Eb	28.288	0,5	0,8	0,8	0
PACMA	20.861	0,4	0,6	0,6	0
PIRATA.CAT	18.219	0,3	0,5	0,5	0
UPyD	14.614	0,3	0,4	0,4	0
FARTS.cat	11.702	0,2	0,3	0,3	0
VD	5.984	0,1	0,2	0,2	0
U.C.E	2.582	0,0	0,1	0,1	0
PRE-IR	826	0,0	0,0	0,0	0
SiR	333	0,0	0,0	0,0	0
Branços	52.898	1,0	1,4	1,5	
Nulos	33.140	0,6	0,9	-	

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.

ANEXO H – Boletim de resultados das eleições ao Parlamento da Catalunha de 2015.

	Absolutos	% s/ eleitores	% s/ votantes	% s/ votos válidos	Deputados
Eleitores	5.510.853	100,0			135
Abstenção	1.380.657	25,1			
Votantes	4.130.196	74,9	100,0		
Votos válidos	4.114.244	74,7	99,6	100,0	
JxSí	1.628.714	29,6	39,4	39,6	62
C's	736.364	13,4	17,8	17,9	25
PSC	523.283	9,5	12,7	12,7	16
CatSíqueesPot	367.613	6,7	8,9	8,9	11
PP	349.193	6,3	8,5	8,5	11
CUP	337.794	6,1	8,2	8,2	10
unio.cat	103.293	1,9	2,5	2,5	0
PACMA	30.157	0,5	0,7	0,7	0
RC-EV	14.444	0,3	0,3	0,4	0
Guanyem Catalunya	1.167	0,0	0,0	0,0	0
Pirates Catalunya	327	0,0	0,0	0,0	0
Branços	21.895	0,4	0,5	0,5	
Nulos	15.952	0,3	0,4	-	

Fonte: Ajuntament de Barcelona ([2021?]b), tradução nossa.